



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 05/2021**

Período: 27/02/2021 - 05/03/2021

**GEDES – UNESP**

- 1- Decretos para flexibilização de armas de fogo geram repercussões
- 2- Coluna opinativa criticou a atuação do general Pazuello como ministro da Saúde
- 3- Ministro do STF menciona militarização do governo civil como sintoma de corrupção da democracia
- 4- Revisão da Lei de Segurança Nacional retorna à pauta política
- 5- Coluna opinativa discute o apoio do Exército a políticas controversas do governo Bolsonaro
- 6- Editorial destacou o aumento nos gastos militares durante a pandemia
- 7- Especialistas analisam a militarização do governo de Jair Bolsonaro
- 8- Nomeações políticas tentam amenizar militarização do governo
- 9- Governo pretende utilizar patente de Silva e Luna como experiência para assumir a Petrobras
- 10- Historiador analisa posição de militares no governo
- 11- Novo decreto aprovado pelo governo federal põe sob sigilo licitação de lançador de satélites
- 12- Proposta de Emenda à Constituição do auxílio emergencial beneficia o orçamento das Forças Armadas

### 1- Decretos para flexibilização de armas de fogo geram repercussões

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso votou contra a resolução do governo federal que retirou os impostos para a importação de armas, numa ação protocolada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) que analisa a constitucionalidade da determinação. Em seu voto, o ministro afirmou que existe "falta de razoabilidade e proporcionalidade na renúncia tributária em momento de grave crise sanitária, econômica, social e, muito notadamente, fiscal", além de ver a mudança com "extrema gravidade" e "risco para a estabilidade democrática". Segundo o *Correio*, o ministro Alexandre de Moraes pediu vista do processo, isto é, mais tempo para analisar o caso, logo após o voto de Barroso. Além disso, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos do Exército, apesar de ter emitido parecer favorável aos quatro decretos publicados no ano passado para flexibilizar o porte e a posse de armas de fogo, fez uma ressalva quanto a um trecho que prevê a autorização automática de pedidos feitos por corporações policiais e órgãos de segurança para a

importação de armamentos e munições, caso o mesmo não seja analisado em 60 dias pelo Exército. Segundo a assessoria, isso “(...) poderá ter como consequência uma fragilização para a segurança pública e para a política de Estado que foi inaugurada com o Estatuto do Desarmamento, de controlar ou limitar a disseminação de armas de fogo no País”. Além disso, o parecer informou que a previsão de autorização automática não tem jurisprudência consolidada, e citou o veto do ministro do STF Ricardo Lewandowski para o uso de tais medidas com relação a agrotóxicos. Em resposta ao *Estado*, o Ministério da Defesa e o Comando do Exército afirmaram que não seria adequado que as solicitações do tipo aguardassem indefinidamente, considerando o prazo de 60 dias apropriado, e que tomarão as medidas necessárias para atendê-lo. Além disso, disseram que a assessoria confirmou a regularidade jurídica integral do decreto. O *Estado* afirmou que o parecer foi totalmente técnico, não considerando questões políticas nem administrativas. (Correio Braziliense - Política - 27/02/21; O Estado de S. Paulo - Política - 05/03/21)

## 2- Coluna opinativa criticou a atuação do general Pazuello como ministro da Saúde

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Hélio Schwartzman criticou a atuação do general Eduardo Pazuello na gestão do Ministério da Saúde. Para isto, Schwartzman citou os episódios da falta de oxigênio em Manaus, o envio equivocado de vacinas do Amapá para o Amazonas e do Amazonas para o Amapá, além de não ter comprado imunizantes, seringas e agulhas para a vacinação contra a Covid-19. Em sua coluna opinativa, Schwartzman questionou a capacidade de gestão de Pazuello, lembrando que ele é um general do Exército, e afirmou que os resultados são mais de mil mortes por dia ao longo de mais de um mês. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 28/02/21)

## 3- Ministro do STF menciona militarização do governo civil como sintoma de corrupção da democracia

Em entrevista ao periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, mencionou que a militarização do governo civil e a intimidação dos demais poderes estão entre os sete sintomas de corrupção da democracia. No que se refere à militarização do governo civil, segundo a *Folha*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, recebeu o apoio das Forças Armadas desde a sua campanha à presidência, em 2018, além disso, escolheu o general Hamilton Mourão para ser seu vice e, até julho de 2020, havia aumentado em mais de 30% a presença de militares da ativa no governo. De acordo com a *Folha*, com a indicação do general Joaquim Silva e Luna para a presidência da Petrobras, feita recentemente por Bolsonaro, mais de um terço das empresas estatais federais serão comandadas por um militar. Segundo a *Folha*, Jorge Zaverucha, professor de ciência política da Universidade Federal de Pernambuco, afirmou que: “Não existe democracia que mereça esse nome e tenha essa quantidade de militares no aparato do Estado brasileiro”. Além disso, sobre a intimidação dos demais poderes, a *Folha* lembrou a participação de Bolsonaro em manifestações favoráveis ao fechamento do Congresso Nacional

e do STF e à intervenção militar, além de ter se manifestado algumas vezes publicamente contra decisões do STF. (Folha de S. Paulo - Poder - 28/02/21)

#### 4- Revisão da Lei de Segurança Nacional retorna à pauta política

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República trouxe novamente o debate sobre a importância de uma lei que substitua a Lei de Segurança Nacional (LSN), herdada do período militar. A Lei de Segurança Nacional foi acionada pelo ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, contra o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, após declaração de que o Exército estaria se associando a um genocídio, em relação ao combate à pandemia. Além disso, o ministro da Justiça, André Mendonça, utilizou a lei para solicitar investigações contra jornalistas, entre eles, o colunista do periódico *Folha de S. Paulo*, Hélio Schwartsman, após a publicação do texto “Por que torço para que Bolsonaro morra”. Contudo, a LSN também tem sido utilizada para embasar a prisão de aliados de Bolsonaro, a exemplo da decisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes, que determinou a prisão do deputado federal aliado à Bolsonaro, Daniel Silveira. Neste sentido, segundo a *Folha*, existem, até fevereiro de 2021, 37 projetos de lei para alterar ou revogar a LSN. De acordo com a *Folha*, a deputada federal Margarete Coelho, escolhida pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, para comandar as principais medidas de alteração política durante sua gestão, afirmou ser favorável à revogação da LSN, sob o argumento de que a lei não deveria ter permanecido após a Constituição de 1988 e declarou que as Forças Armadas têm como papel proteger o Brasil de inimigos externos e não de seus próprios cidadãos. (Folha de S. Paulo - Poder - 28/02/21)

#### 5- Coluna opinativa discute o apoio do Exército a políticas controversas do governo Bolsonaro

Em coluna opinativa no periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Janio de Freitas questionou a competência dos militares presentes no governo e o que seria feito pelo Exército caso houvesse um agravamento da pandemia. Além disso, relembrou o depoimento do general Eduardo Villas Bôas em relação à ameaça feita, em nome do Exército, ao Supremo Tribunal Federal. Freitas destacou o distanciamento da Marinha e da Aeronáutica no episódio, sob sua análise esse pode ser um indício de uma possível evolução das duas Forças. Ao passo que, para Freitas, todas as medidas de Bolsonaro possuem o consentimento dos generais do Exército, como por exemplo a propaganda, sem evidências científicas, do tratamento com cloroquina, que custou milhões para União e envolveu o Exército na fabricação do medicamento. Além disso, Freitas afirmou que o Ministério da Saúde é o órgão civil da administração pública mais militarizado e que também atuou para promover a cloroquina. Adicionalmente, segundo Freitas, os novos decretos que permitiram que cidadãos possam ter até 60 armas, caso se registrem como atiradores, têm apoio especial do Exército. (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 28/02/21)

#### 6- Editorial destacou o aumento nos gastos militares durante a pandemia

Em editorial, a *Folha de S. Paulo* apontou que a tendência no aumento de gastos militares globais se manteve durante a pandemia. Em estudo publicado pelo

Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, em 2020 o crescimento dos gastos militares globais foi de 4% em relação ao ano anterior. O Brasil ocupa a 11ª posição no ranking de gastos com as Forças Armadas, sendo praticamente todo o orçamento voltado para o pagamento de pessoal ativo e inativo. Ademais, o jornal destacou que, em períodos de incerteza, como os ataques do 11 de setembro de 2001, a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, o aumento dos gastos militares globais é compreensível, contudo, lamentável que ocorra no momento de pandemia, tendo em vista que uma parte dos altos orçamentos poderia ter sido direcionada para o controle do vírus. (Folha de S. Paulo - Editoriais - 01/03/21)

#### 7- Especialistas analisam a militarização do governo de Jair Bolsonaro

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a ascensão da militarização no governo de Jair Bolsonaro "pode corromper a democracia do país". De acordo com especialistas entrevistados pelo jornal, a atuação política dos militares distancia as Forças Armadas de seu papel constitucional, sendo este a defesa contra ameaças externas. O professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Alcides Costa Vaz, associou a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, com o "sentimento contrário à esquerda e uma expressão clara do antipetismo" entre os militares. Já o professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Leonardo Avritzer, destacou nota divulgada pelo Clube Militar, em que declarava que "grande parcela da população tem saudades da ditadura". O professor afirmou que, por mais que o Clube não represente todos os militares, é "uma expressão muito forte daquilo que se pensa [entre os militares]". Ademais, o periódico também entrevistou Samuel Vida, advogado e professor de Direito da Universidade Federal da Bahia, que argumentou que a democracia no país nunca se consolidou, tendo sido a militarização uma constante para grupos específicos, com destaque para negros e indígenas. Outra especialista entrevistada foi a professora Vera Karam, da Universidade Federal do Paraná, que afirmou que a participação dos militares no governo "pode imprimir uma lógica antidemocrática à gestão, sem que haja necessidade de golpe". Outra visão é a de Catarina Rochamonte, presidente do Instituto Liberal do Nordeste, que afirmou que a indicação de militares por Bolsonaro é decorrente da necessidade do presidente por "pessoas servis", de forma que "há um processo de 'venezuelização' do Brasil". Posteriormente, o jornal destacou a participação de militares em alto escalão do governo, sendo o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, um general do Exército. Complementarmente, o período evidenciou que dos 21 ministros do atual governo, nove são integrantes das Forças Armadas. Destacou-se também que houve aumento de 33% no número de militares da ativa em cargos comissionados e ainda, mais de um terço das estatais federais são comandadas por militares. A *Folha de S. Paulo* evidenciou que o alinhamento do presidente com as Forças Armadas também pode ser visualizado na promessa de ampliar os armamentos, na ausência de cortes no Ministério da Defesa e na exclusão dos militares da reforma previdenciária. O periódico também destacou o elevado número de operações de garantia da lei e da ordem instituídas desde o início do atual governo, e afirmou que "em momentos de pressão, Bolsonaro costuma radicalizar o discurso na tentativa de fidelizar a sua base de apoio mais fiel e relaciona a democracia do país à vontade das Forças Armadas". Sobre este

cenário, o professor Samuel Vida avaliou que há na sociedade uma legitimação crescente de que as Forças Armadas são adequadas para solucionar crises, visão esta corroborada por Alcides Vaz que se referiu à visão dos militares como guardiões da pátria. Ainda segundo o jornal, nas eleições de 2020, aumentou em 39% o número de policiais e militares eleitos no país. Por fim, o periódico indicou que a previsão dos especialistas para um cenário em que Bolsonaro perca as eleições, é que as Forças Armadas "devem voltar aos seus deveres constitucionais". (Folha de S. Paulo - Poder - 01/03/21)

#### 8- Nomeações políticas tentam amenizar militarização do governo

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro tem buscado "amenizar" a hegemonia de militares no governo e se aproximar do "centrão" através de nomeações como de Onyx Lorenzoni à Secretaria Geral e de Fábio Faria como ministro das Comunicações em 2020. Segundo a *Folha*, a assessoria dos militares negou que haja cisão no governo entre "centrão" e Forças Armadas. No entanto, auxiliares do governo declararam que o próprio Bolsonaro constatou a necessidade de equilibrar "alas políticas e militares". A respeito da indicação do almirante Flávio Rocha à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Secretaria Especial de Comunicação Social, assessores e pessoas próximas a ele reiteraram que não se tratava de uma militarização da comunicação. (Folha de S. Paulo - Poder - 02/03/21)

#### 9- Governo pretende utilizar patente de Silva e Luna como experiência para assumir a Petrobras

Conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*, a fim de convencer os acionistas da Petrobras pela nomeação do general Joaquim Silva e Luna à presidência da empresa, o governo pretende utilizar sua experiência de dez anos como general quatro-estrelas, o topo da carreira militar, como garantia de que ele cumpre o mínimo exigido para o cargo. Isto porque sua nomeação estaria "emperrada" na assembleia que deveria referendá-la por falta de comprovação de experiência de, no mínimo, dez anos em cargo semelhante em empresa de mesmo porte ou de outro setor. Tal exigência é prevista na Lei das Estatais, de 2017. Ainda, o *Estado* apontou que a escolha de Silva e Luna e as declarações de Bolsonaro sobre as políticas de preços da empresa poderiam causar à estatal uma série de conflitos no Judiciário e nas esferas administrativa e de controle. De acordo com apuração do *Estado*, dentre as equivalências possíveis entre civis e militares para a gestão de estatais, que vão de DAS-1 a DAS-6, um cargo DAS-4 poderia ser ocupado por um coronel ou major, enquanto um general quatro-estrelas, como Silva e Luna, teria equivalência a um cargo de ministro. Além da experiência de carreira, o periódico destacou que a titulação acadêmica de doutorado do general atende ao requisitado pela lei. Por fim, o *Estado* noticiou que Silva e Luna já estaria se preparando para deixar Foz do Iguaçu (PR), onde reside desde que assumiu Itaipu. (O Estado de S. Paulo - Economia - 02/03/21)

#### 10- Historiador analisa posição de militares no governo Bolsonaro

Em entrevista para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o historiador e cientista político Boris Fausto considerou impossível que a cúpula do Exército não se sinta

incomodada com a forma como o general Eduardo Pazuello conduz a pasta da Saúde e afirmou que é impressionante que não haja, em meio a diversas crises, uma crise militar. Fausto acredita que haja insatisfação, mas insatisfação surda, dos militares em relação ao governo de Jair Bolsonaro. Para ele, é como se a maioria dissesse: “Bem ou mal esse homem nos convém”. Também abordou temas como o tuíte feito pelo general Villas Bôas, o impacto da pandemia no governo e a relação de Bolsonaro com o Centrão. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/03/21)

#### 11- Novo decreto aprovado pelo governo federal põe sob sigilo licitação de lançador de satélites

Conforme o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, e os ministros da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, assinaram o decreto nº 10.631, que coloca sob sigilo os dados e a dispensa de licitação para compras ou para a contratação de serviços e obras relacionadas ao lançamento de veículos espaciais e aos serviços ligados a seus projetos. Por meio de nota, o Ministério da Defesa destacou que a mudança publicada no decreto está “diretamente relacionada à necessidade de classificar como atividade de segurança nacional o lançamento de artefatos espaciais civis partindo de uma Unidade administrada pela Força Aérea Brasileira”, a Base de Alcântara, e não tem relação com a compra sem licitação de um satélite finlandês no valor de R\$ 145 milhões, o qual fará parte do sistema de controle e vigilância das fronteiras, da Floresta Amazônica e do Oceano Atlântico. O Ministério da Defesa também informou que houve um realinhamento da estratégia de desenvolvimento de veículos lançadores de satélite, como o projeto Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1), em decorrência dos desafios tecnológicos. *O Estado* ressaltou que o VLM-1 é a terceira tentativa do programa espacial brasileiro de desenvolver um veículo lançador de satélites, destinado ao lançamento de microsatélite em órbitas baixas (LEO) equatoriais ou de reentrada, e que apresentará um novo sistema propulsor movido a combustível sólido, com três estágios. (O Estado de S. Paulo - Política - 04/03/21)

#### 12- Proposta de Emenda à Constituição do auxílio emergencial beneficia o orçamento das Forças Armadas

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do auxílio emergencial carimba as receitas para a defesa nacional, ao contrário do que tencionava a equipe econômica do governo com a proposta. Ao serem carimbadas as receitas vinculadas às Forças Armadas, mesmo que não sejam utilizadas, não poderão ser redirecionadas a outras áreas. Segundo o *Estado*, a PEC cria a possibilidade de vinculação de percentuais da receita de determinados impostos às despesas da Defesa, ao declarar-se por lei ser de “interesse nacional”. A brecha aberta por esse dispositivo cria o risco de parte considerável do Orçamento ser capturada pelos militares, devido ao seu poder político. Além disso, a proposta protege os soldos dos membros das Forças Armadas dos gatilhos de contenção de despesas presentes na PEC. (*Correio Braziliense* - Política - 05/03/21; *O Estado de S. Paulo* - Economia - 05/03/21)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Lisa Barbosa (mestranda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).